**3CCJDDPPE02**

**A PRÁTICA E A REFLEXÃO EXTENSIONISTA COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA PARATIBE**

Edwiges Menezes (2), Enoque Feitosa (3), Iara Àgata (2),Júlio Ivo(2), Katianny Irlly(1), Rafael Melo (2), Thiago Arruda(2)

Centro de Ciências Jurídicas/ Departamento de Direito Público/ PROBEX

**RESUMO**

O grupo de Assessoria Jurídica Política com a  comunidade quilombola de Paratibe, que faz parte do NEP(Núcleo de Extensão Popular)- flor de mandacaru, trabalha com o quilombo de Paratibe desde o fim de 2008, utilizando-se das concepções da educação popular e da pesquisa participante como opções de trabalho popular, vem atuando na perspectiva de fortalecer a organização, mobilização e identidade da comunidade quanto à luta quilombola. Durante este ano, procuramos desenvolver a questão da demarcação das terras e o desleixo do Estado ao tratar (ou não tratar) das necessidades do quilombo. A partir de “diagnósticos” feitos anteriormente e da necessidade emergente de tratar da questão da terra, devido à especulação imobiliária que trata os espaços do quilombo como sendo mercadoria, iniciamos a discussão da demarcação da terra. Entretanto, devido às contradições e conflitos inerentes ao processo, nos focamos no decorrer das atividades em demandas mais acessórias, que tivessem potencial para colaborar na organização, como a busca pela prestação de serviços pelos Correios na localidade. Nosso trabalho se desenvolve com a nossa participação nos espaços coletivos da comunidade, como a reunião da associação e as festas comemorativas (Dia das Mães, São João), ouvindo e fazendo problematizações políticas nos mesmos, através de teatros de fantoche, por exemplo. Fazemos também reuniões com pessoas de referência da comunidade e quem mais se dispuser para que elas possam discutir e buscar formas de resolver problemas do quilombo, mais especificamente, a ausência, até o momento, de uma caixa postal comunitária em Paratibe. Percebemos, no desenrolar das atividades, que houve um incremento da organização popular e da luta por direitos em Paratibe, assim como avaliamos positiva a formação dos extensionistas envolvidos, que se colocaram como construtores do processo. Há, muito ainda para se construir, sabemos das dificuldades do caminho, mas são elas que nos fazem avançar e  continuar caminhando.

**Palavras chave:** extensão popular,organização popular, educação popular

**INTRODUÇÂO**

O NEP, Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, executa um trabalho de Assessoria Jurídica Universitária[[1]](#footnote-1) junto à movimentos sociais, formado, em sua maioria, por estudantes e profissionais do ramo do Direito. Abaixo está uma conceituação da extensão, do Fórum de Pró-Reitores.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com transito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (Fórum Nacional, 1987)

Num processo contra-hegemônico de transformação social, mostra na prática que o direito está muito além de uma mera lei, muitas vezes estando até de encontro a ela. É também um processo de aprender, tanto ou mais eficaz que o simples aprendizado na sala de aula.

Em Paratibe, comunidade quilombola onde é realizando um trabalho de Assessoria Jurídica, é nítido que a Educação Popular não é verticalizada, não é o NEP verticalizando conhecimento, muito pelo contrário, o ambiente reflete uma troca de conhecimento e experiência ímpares, tão horizontal quanto o mais perfeito dos horizontes. Estando cada vez mais evidente que não trabalhamos para a comunidade, mas com ela.

Objetivamos, antes de tudo, formarmos um grupo de militância, o que parece fundamental para que um sonho não deixe nunca de ser sonhado, e que a construção não pare antes do fim. Outro objetivo é dialogar com a comunidade para saber demandas para pautas a serem discutidas e postas em prática. Enfim, lutamos por uma plena efetivação dos direitos, cidadania[[2]](#footnote-2) para os cidadãos.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”, e é fundamentada nessa frase de Paulo Freire as reuniões do grupo. Sempre mantendo o diálogo entre os próprios membros do grupo, trabalhando idéias, ideais, conceitos, prática, objetividade, subjetividade, uma grande gama de debates destinados à ação, ao “fazer”, ao invés de apenas “cegamente ver”.

Estamos todos querendo a universidade além do que ela é hoje, além da função acadêmica (com suas velhas bases teóricas e metodológica), para alcançar um outro patamar, uma função social (lutas sociais, relação com movimentos sociais, articulação social), e um maior envolvimento com a sociedade à sua volta. É por isso que nos reunimos, que debatemos, que nos esforçamos, que lutamos. Nós somos a frase de Mahatma Gandhi, “seja a mudança que você quer ver no mundo”.

**METODOLOGIA**

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, desenvolve uma de suas frentes de trabalho em um quilombo urbano na cidade de João Pessoa. Detendo-nos nesse trabalho realizado na comunidade estudaremos os objetivos traçados, o método utilizado e a relação do Núcleo com a comunidade e do Núcleo em si.

Importante ressaltar que esse trabalho em Paratibe não se iniciou com o grupo orgânico que atua hodiernamente no local. A relação do NEP com Paratibe começou de fato em 2008, ainda assim o trabalho tinha uma ideologia metodológica muito parecida com a usada pelo grupo atual. Em relação aos métodos temos, então, algumas considerações a fazer.

Ao chegar a Paratibe, com um grupo praticamente renovado (restaram duas integrantes do grupo inicial), buscamos ter alguma orientação sobre qual seria nosso papel ali. Primeiramente, nos foi sugerido utilizar um espaço na festa do dia das mães, desenvolvendo alguma atividade que envolvesse principalmente a arte e cultura visando tanto uma aproximação do Núcleo com a comunidade como a integração entre os moradores do quilombo. A função do NEP nesse espaço foi de levar um debate mais político para o momento da festa.

Em parte procurando o assunto a ser abordado durante as festividades no espaço concedido ao NEP e, também, buscando descentralizar a liderança, que no quilombo se concentra na figura de Ana - líder da Associação da Comunidade Negra de Paratibe - e formar militantes politicamente organizados, reunimos um pequeno grupo de moradores, surgiu desta reunião que o assunto a ser abordado deveria ser o processo de demarcação. Antes da festa do dias das mães, fomos ao Incra para saber do andamento do processo de demarcação para termos mais propriedade ao tratar do tema. Nessa visita, encontramos um órgão com muitas deficiências, entre elas, a falta de pessoal- há apenas duas antropólogas-, o que dificulta o andamento do processo de demarcação de Paratibe e outros quilombos. No caso de Paratibe, uma antropóloga vinda do Acre haveria concluído o relatório antropológico, mas devido a falta de recursos do Incra e a dificuldade de colher informações na comunidade não contribuíram para um avanço no processo.

Após a visita a reunião com os moradores e a visita ao Incra, analisamos que a metodologia que usaríamos seria um teatro de fantoches, uma teatro-fórum, no qual os moradores da comunidade dariam a solução para um problema proposto na história - a demarcação de terras -, objetivando provocar um debate durante as festividades do dia das mães. As falas para o teatro foram tiradas de uma reunião da Associação de moradores. É importante ressaltar o método de diálogo para a transformação da realidade utilizado que é inspirado na perspectiva freireana de educação popular, há um compartilhamento com a comunidade e vice-versa porque “ninguém sabe tudo, nem ninguém ignora tudo, o que equivale a dizer que não há em termos humanos, sabedoria absoluta, nem ignorância absoluta” (FREIRE, 1982, p.39).

Essa primeira tentativa de debate não aconteceu como esperado, a comunidade não participou do debate nos fazendo refletir sobre a forma mais realista de trazer questões políticas para a comunidade quilombola, uma vez que ela não se mostrou tão participativa nos momentos de festa para debater, além do grupo do NEP, recente, não tão bem articulado e tímido, não ter facilitado a discussão como poderia ter feito. Apesar de o teatro ter sido muito bem recebido.

Após essa tentativa, acontecimentos na comunidade nos levaram a uma mudança de temática. Relatos de ameaças a moradores conduziram estes a decisão de não mais discutir a demarcação. A nova pauta foi pensada em conjunto com os moradores. O problema dos correios foi escolhido, visto que a correspondência não chega ás residências de Paratibe.

Durante outro momento de festa, no caso o São João, o NEP ocupou um espaço levando o problema da correspondência .O teatro de fantoches foi adaptado removendo o debate, mas levando a questão para o todo da comunidade. A questão da Caixa de Correio de Paratibe foi aglutinadora e mobilizadora visando o nosso objetivo em ultima análise que é a autonomia do povo, ao fim, os Correios prometeram agilizar o processo e atualmente mantém contato direito com moradores, dando conta do andamento do processo. Esta autonomia que procuramos é buscada através de uma conscientização do povo, de forma que os moradores de Paratibe adquiram um compromisso histórico, de que se sintam, de fato, parte de uma comunidade e, mobilizados, tomem decisões para o crescimento e desenvolvimento dela.

Atualmente, buscamos outra pauta de debate, juntamente com esse grupo da comunidade, com a qual consigamos gerar a reflexão sobre a conjuntura política, políticas públicas, sociedade classista enfim sobre o modelo econômico em que vivemos. Visto que só essa discussão é verdadeiramente libertadora e gera a luta por uma sociedade mais justa em que todos poderiam terseus direitos efetivados, como Paulo Freire afirma:

Educar e educar-se na prática da liberdade não é estender algo desde a “sede do saber” até a “sede da ignorância” para salvar com este saber os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se na prática da liberdade é tarefa daqueles que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem , para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem , possam igualmente saber mais.

Passemos agora a analisar nossa metodologia interna. No NEP, como extensão, objetivamos sempre manter o diálogo da Universidade com a sociedade, em que ambos são sujeitos, há um quebra da verticalização sujeito/objeto, defendido por freire que diz que “todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação do mundo”. O estudante deixa o dogmatismo do curso acadêmico e expande horizontes tendo um contato com a realidade social que deverá ser prática refletida e introduzida no cotidiano universitário, ou seja, difundimos nossa concepção de educação e de vida em sociedade. Nessa relação Universidade/comunidade não há um troca de papéis, mas o reconhecimento do outro, da sua cultura, transcendemos a universidade e geram-se mudanças tanto nos estudantes quanto na comunidade. Preza-se pela horizontalidade, logo, não há uma pessoa que decide as atividades, as atitudes do núcleo debatidas e construídas com a contribuição de todos, tanto na parte geral, que engloba os três projetos, quanto exclusivamente no projeto de Paratibe.

As ações do núcleo de Paratibe têm outra característica diferenciadora, o tempo das coisas. Não trabalha com a ideia de imposição à comunidade, mudamos temáticas, desviamos do objetivo inicial atendendo as demandas da comunidade, respeitando o tempo da comunidade. Logo, um plano de ação que sai teoricamente pronto, estático, imutável, pétreo da universidade dificilmente terá espaço no NEP. O fato de trabalhar com o povo e não para o povo está intimamente relacionado com esse conceito, como diz freire: "Então, vejam bem, o que isso tem a ver com o trabalho do educador? Numa *posição autoritária*, evidentemente, a educadora/o educador, falam 'ao' povo/ falam ‘ao’ estudante. O que é terrível é ver um montão de gente que se proclama de esquerda e continua falando "ao" povo e não "com" o povo.”. Construir conjuntamente pode não trazer resultados imediatos, mas eleva o povo a protagonista de sua própria história.

**RESULTADOS**

O trabalho desenvolvido pelo NEP Flor de Mandacaru na Comunidade Quilombola de Paratibe passa, portanto, fundamentalmente, pela Educação Popular, com vistas à organização da comunidade e o fortalecimento de sua luta por direitos. É a partir desta premissa, deste lugar, que devem emergir os resultados esperados de nossa práxis extensionista, fundados nesse modo de trabalho.

Isto nos exige um olhar crítico, mas, sobretudo, pedagógico. Em termos de Educação Popular não é possível ser meramente quantitativo em matéria de resultados. Não podemos –sob o risco de trairmos a nós mesmos – ceder ao produtivismo que reside no discurso competente (CHAUÍ, 1982) . O capitalismo, ao totalizar sua racionalidade, submete as práticas sociais a seus critérios, que estão ligados à tecnicização da política, à lucratividade, a uma lógica de gestão, sobretudo, “eficiente”. A Universidade, por óbvio, não se situa fora desta teia (SANTOS, 1999). Embora os números nos ajudem a tecer análises; embora necessitemos, sim, realizar uma boa gestão de nosso trabalho; apesar disso, precisamos enfatizar o processo educativo em que se envolvem os sujeitos e as transformações no seio desses processos; gerir de forma democrática os espaços que estamos a construir; perceber o caráter pedagógico do que avaliamos como falhas em nosso trabalho. Numa compreensão “empresarial”, certamente, teríamos que abrir mão destes princípios.

Acreditamos, então, que podemos observar os resultados obtidos sob quatro dimensões principais: (a) em primeiro lugar, o incremento da organização popular em Paratibe; (b) segundo, o fortalecimento da luta por direitos realizada pelos moradores da comunidade; (c) a formação dos extensionistas envolvidos; e, por último (d), o conhecimento produzido a partir da extensão popular e a disputa de idéias no espaço acadêmico.

Quanto à primeira questão, é possível notar que há avanços em relação à organização popular em Paratibe. Em nossa busca – *com* a comunidade – pela consolidação de um grupo de moradores com o papel de militância junto à comunidade, percebemos, numa articulação crescente entre o NEP e a comunidade, o fortalecimento dos espaços de discussão e decisão coletiva, com o envolvimento de novos sujeitos nos processos políticos locais. No entanto, esse objetivo não foi inteiramente alcançado. Aliás, o *tempo* para isso não é dado, e consideramos que este processo jamais poderia dar-se de forma instantânea – esperar isto seria idealismo. Permanece, portanto, o trabalho pela consolidação de um grupo de moradores capaz de atuar como agente mobilizador e organizativo do Quilombo de Paratibe.

Quanto às lutas por direitos em Paratibe, temos seu fortalecimento a partir, exatamente, da organização. Na verdade, a luta fortalece a organização, que fortalece a luta: há uma retroalimentação. A organização comunitária tem-se pautado, sobretudo, na reivindicação por direitos não efetivados. Em termos práticos, um bom exemplo diz respeito à Caixa Postal Comunitária cobrada pelos moradores junto à ECT[[3]](#footnote-3). Hoje, há a possibilidade real de instalação deste serviço em Paratibe, onde os moradores não podem receber sua correspondência, por conta da ausência de numeração das residências. A luta por direitos é, portanto, a práxis, o processo pedagógico coletivo, fundado na discussão e na experiência coletivas. Vitórias neste percurso também são importantes (como pode vir a ser a conquista da Caixa Postal Comunitária, por exemplo), pois demonstram à própria comunidade sua força, a força da ação política conjunta e direta.

A luta pela titulação das terras quilombolas e o processo de fortalecimento da identidade quilombola na comunidade estão intimamente ligados a esses dois momentos: a organização e a luta por direitos. Acreditamos que, a partir de reivindicações concretas, Paratibe pode organizar-se e que, em meio a este processo de organização e ação política, em diálogo com a vida cultural da comunidade, a identidade quilombola pode ser fortalecida. O reconhecimento dos sujeitos, portanto, dá-se na atividade prática, em uma luta que lhes é comum.

No que se refere à formação dos estudantes, em muito crescemos. Os membros do grupo envolveram-se com o trabalho, comprometeram-se com ele, de modo que estudos e experiências geraram uma práxis alternativa àquela desenvolvida nos bancos da Universidade - em especial, das Faculdades de Direito. Esta alternativa à Educação Jurídica tradicional – bancária, positivista e conservadora - conseguimos construir no NEP, forjando um espaço contra-hegemônico, que enfrenta o *senso comum teórico dos juristas* (WARAT, 1997). Avaliamos, no entanto, que esta formação precisa avançar, sobretudo no que se refere à dogmática jurídica e a aspectos políticos do trabalho. Assim, o campo teórico precisa ser explorado com mais contundência, para que não corramos o risco de nos perdermos em uma postura meramente *ativista*, desprovida da necessária crítica, de reflexão (FREIRE, 1996, p. 24).

Por fim, quanto ao conhecimento produzido e a disputa de idéias empreendida no meio acadêmico, avaliamos que é, de fato, muito rico o que temos construído em Paratibe. O conhecimento, produzido coletivamente - tanto em espaços do próprio NEP como em nosso diálogo com a comunidade -, é farto, em termos de compreensão do Direito, da Política, da Pedagogia, ou seja: várias áreas do conhecimento são atravessadas. Em verdade, falamos de um conhecimento vivo, um conhecimento *da vida,* um *saber protagonista,* de tal forma que se torna difícil encaixá-lo nas gavetas de cada disciplina. Afinal, as disciplinas devem ser divisões, sobretudo, metodológicas. No entanto, é preciso que avancemos na sistematização do conhecimento que construímos; é preciso que escrevamos mais; e é preciso que lancemos este saber no espaço acadêmico, através de trabalhos científicos e espaços de discussão mais amplos dentro da própria Universidade. É preciso dar vazão a este saber, enfim.

O percurso não é fácil, não é simples, mas *o caminho se faz caminhando*[[4]](#footnote-4). É preciso ser paciente – “devagar, que eu tenho pressa”. Os resultados surgem, na Educação Popular, de forma, muitas vezes, invisível; outros, guardam-se para o futuro. Mas, fato é que há avanços, há um acúmulo positivo em nossa prática, e é preciso seguir. O trabalho exige-nos força, exige-nos uma compreensão holística da realidade em que nos inserimos – na Universidade, em Paratibe, no mundo -; exige-nos esforço. Entretanto, o fruto deste trabalho, tudo o que colhemos no caminho, é doce. Tem sabor de utopia, de transformação e de humanização. Tem sabor de amanhã.

**CONCLUSÂO**

            Quando nos desafiamos a construir um caminho de busca pela transformação e humanização, levando em consideração a vocação das mulheres e homens a serem mais (FREIRE, 1987),nos desafiamos também a descobrir como construí-lo no nosso dia-a-dia, a partir da nossa práxis. Não encontraremos uma receita de bolo ou algum manual com procedimentos técnicos nos ensinando a alcançá-lo (FALCÂO, 2006).

            Exatamente, por isso, que precisamos sistematizar nossas experiências, conhecer outras, nos aprofundar teoricamente, formular novos métodos, não tendo medo de agir e inovar. Não podemos andar em círculos, repetindo as mesmas ações e palavras de forma autômata. Devemos acumular os processos e buscar que os mesmos sejam apoderados coletivamente. Nesse sentido, realizamos nossas formações com discussão de textos, planejamos e avaliamos nossas atividades e produzimos conhecimento, como esse artigo.

            Em Paratibe, a partir da constituição de um espaço em que os sujeitos possam se encontrar, discutir quais os problemas do quilombo e como resolvê-los, esperamos reavivar a cultura de luta por direitos na comunidade e fortalecer a organização popular e a identidade quilombola. Moradores de áreas que pouco participavam da vida comunitária, têm se colocado, numa postura inicial, como atores no processo de luta pela implantação da caixa postal comutaria, podendo resultar na formação de novas lideranças e na expansão de atividades coletivas para outras regiões do quilombo.

Na faculdade de direito, temos construído um extensão contra hegemônica, que questiona o Direito posto e discute a função social da universidade, formando estudantes mais conscientes e comprometidos com a luta popular.

            Há, ainda, muito para se fazer-refletir. A certeza que temos é que não podemos nos conformar com a desumanização e a exploração de alguns homens sobre outros. O caminho não é retilíneo, às vezes, retrocedemos, outras vezes, avançamos.

**REFERÊNCIAS:**

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas. São Paulo:Moderna, 1982.

FALCÂO, Emmanuel.Vivência em comunidades outra forma de ensino.João Pessoa:Ed. Universitária/ UFPB, 2006.

FREIRE, Paulo. 1920. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo.Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

SANTOS, B. S. Da idéia de universidade à universidade de ideias. In: Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

WARAT, Luis Alberto. Introdução Geral ao Direito. Porto Alegre: Fabris, 1997.

1. Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP): Consiste em orientação jurídica e ou educação popular junto à movimentos sociais/setores da sociedade geralmente “esquecidos”. Numa tentativa de diálogos sobre os problemas enfrentados para uma solução por meio de instrumentos jurídicos, políticos ou de conscientização. [↑](#footnote-ref-1)
2. “Cidadania é o direito a ter direitos” (Hannah Arendt) [↑](#footnote-ref-2)
3. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. [↑](#footnote-ref-3)
4. A frase nos remete à poesia de Antonio Machado, localizada em seu livro “Campos de Castilla”: “**Caminante, son tus huellas / el camino y nada más / caminante, no hay camino, / se hace camino al andar. / Al andar se hace el camino, / y al volver la vista atrás / se ve la senda que nunca / se ha de volver a pisar. / Caminante no hay camino / sino estelas en la mar”.**  [↑](#footnote-ref-4)